

## OS DESAFIOS DO PNAE FRENTE ÀS PREFERÊNCIAS ALIMENTARES DE ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NO EXTREMO SUL GAÚCHO

JÉSSICA GONSALEZ CRUZ<sup>1</sup>; SHIRLEY GRAZIELI NASCIMENTO ALTEMBERG<sup>2</sup>; CRISTINE DA FONSECA<sup>3</sup>; GERMANO EHLERT POLLNOW<sup>4</sup>; LUÍS HENRIQUE DAL MOLIN<sup>5</sup>; NÁDIA VELLEDA CALDAS<sup>6</sup>

<sup>1</sup> *Universidade Federal de Pelotas – [jessica.gonsalez@hotmail.com](mailto:jessica.gonsalez@hotmail.com)*

<sup>2</sup> *Universidade Federal de Pelotas – [shirley.altemburg@gmail.com](mailto:shirley.altemburg@gmail.com)*

<sup>3</sup> *Universidade Federal de Pelotas – [cristinefonseca@hotmail.com](mailto:cristinefonseca@hotmail.com)*

<sup>4</sup> *Universidade Federal de Pelotas – [germano.ep@outlook.com](mailto:germano.ep@outlook.com)*

<sup>5</sup> *Universidade Federal de Pelotas – [luissdalmolin@gmail.com](mailto:luissdalmolin@gmail.com)*

<sup>6</sup> *Universidade Federal de Pelotas – [velleda.nadia@gmail.com](mailto:velleda.nadia@gmail.com)*

### 1. INTRODUÇÃO

As discussões em torno dos padrões alimentares são recorrentes na atualidade, nesta perspectiva por mais essencial que o ato de alimentar-se pareça, ele traz consigo uma série de implicações que estão para além da nutrição, nesta compreensão a fome não é única razão pela qual a humanidade se alimenta (FREITAS, 2003).

Em que pese estas questões, historicamente há uma necessidade de entender quais são as variáveis que estão por de trás das preferências e hábitos alimentares, o que determina as escolhas do que comer e onde comer em cada grupo ou sociedade. Neste sentido, responder perguntas desta magnitude é demasiadamente complicado, pois,

a alimentação é fenômeno cultural, detentor de conteúdos simbólicos e cognitivos relativos às classificações sociais, à percepção do organismo humano e às relações entre este e as substâncias ingeridas, operantes por meio de um sistema de conhecimento e de princípios ordenadores que tratam a relação entre a alimentação e o organismo (WOORTMAN, 1978 citado por CANESQUI 2005, p.27).

Nesta seara de discussão, não se pode perder de vista que o ato de alimentar-se está carregado de símbolos e expressa escolhas que refletem em modos de vida. Está afirmação encontra par no valor dado por crianças e jovens às cadeias rápidas de alimentação, pois estas dominam as mídias e vendem a ideia de que estar na moda é fazer parte deste perigoso universo alimentar<sup>1</sup>. Pois, quem desconhece, na atualidade, a influência exercida pelas redes de *fast-food* como MC Donald's, Burger King e por tantas outras que redefinem os espaços das refeições e do seu tempo e a própria estrutura da alimentação<sup>2</sup>.

Com intuito de incidir neste cenário e propor mudanças no padrão alimentar oferecido nas escolas públicas brasileiras, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE- se remodela através da aprovação da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, que estabelece novas diretrizes, principalmente as contidas no inciso I do Art. 2º que determina:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as

<sup>1</sup> Nos referimos a péssima alimentação praticada por crianças e jovens que se reflete em um quadro de transição alimentar, caracterizado pela persistência da desnutrição e altos índices de sobrepeso (CONSEA, 2004).

<sup>2</sup> Entendemos por alteração na estrutura, espaço e tempo da alimentação o fato das pessoas comerem em pé, em qualquer lugar, a qualquer hora e, muitas vezes, desenvolvendo atividades paralelas.

tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. (BRASIL, 2009).

Diante do exposto buscamos responder: como se dão os processos de educação alimentar nas escolas? O que é alimento bom e saudável para os alunos?

Para expressar estas e outras questões este trabalho discute o perfil alimentar de alunos que frequentam o último ano do ensino fundamental em escolas públicas no extremo sul gaúcho.

## 2. METODOLOGIA

O universo empírico desta pesquisa situa-se nos municípios de Canguçu, Cerrito e São Lourenço do Sul. A técnica de investigação utilizada foi grupo focal, pois permite a identificação de percepções, atitudes, sentimentos e ideias dos participantes acerca de um determinado objeto ou tema (WESTPHAL, 1992). Realizamos doze grupos focais, com duração de uma hora e trinta minutos, em seis escolas municipais, duas por município, sendo uma rural e outra urbana. Os dados levantados foram tratados através de análise de conteúdo que, segundo BARDIN (2011), caracteriza-se em mais do que uma simples técnica, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de nosso contato com a realidade foi possível verificar o quanto diretores, professores e merendeiras não estão preparados para incorporarem junto aos alunos as mudanças recomendadas pelo PNAE, tendo em vista que os alunos têm suas preferências alimentares voltadas para os produtos industrializados, processados e, carecem de uma educação alimentar consolidada que faça parte da educação básica e os permita refletir sobre seus hábitos alimentares.

Em uma das atividades de grupo focal pedimos aos alunos que preenchessem uma planilha com seus hábitos alimentares diários, esta tarefa foi realizada com grande dificuldade pela maior parte deste grupo, que afirmaram não fazer muitas refeições no dia e não pensar sobre suas práticas alimentares. Esta afirmativa se verifica nos relatos abaixo,

Mesmo sendo um assunto importante, a gente não pensa sobre isto. (Aluno A, Escola Castelo Branco, zona rural, Canguçu).

Nunca planejo o que vou comer, simplesmente como o que dá vontade, sem pensar nas consequências disto. (Aluno B, Escola Irmã Firmina Simon, zona urbana, Canguçu).

A gente come muita bobagem porque não pensa no que come. (Aluna C, Escola Marina Vargas, zona urbana, São Lourenço do Sul).

Constatamos em nossa investigação que o comportamento alimentar das crianças que vivem no meio rural não difere das que vivem na cidade, todavia, o acesso a alimentos processados se dá com menor frequência e mais dificuldade neste espaço, não por uma questão de conscientização, e sim, pela dificuldade de acesso. O exposto é relatado nos depoimentos que seguem:

Se a gente quiser comer essas coisas (salgadinhos, bolacha e chocolate) tem que ser na escola porque aqui fora não tem venda perto de casa, senão, só quando a gente vai na cidade. (Aluna E, Escola Germano Hübner, zona rural, São Lourenço do Sul)

Não, não como a merenda, eu gosto das coisas diferentes. Salgadinho, bala, essas coisas. Por isso que eu gosto do bar da escola (Aluno F, Escola Castelo Branco, zona rural, Canguçu).

Foi possível inferir ainda que mesmo seus hábitos alimentares recaindo sobre alimentos de origem muitas vezes desconhecida<sup>3</sup> os alunos possuem clareza sobre o que é um alimento saudável e os perigos de se comer qualquer coisa em qualquer lugar, de todo modo, perceber isto não é suficiente para mudar seus comportamentos.

Eu sei que como errado, podia estar comendo coisas saudáveis. É que quanto mais gorduroso e saboroso, melhor! (Aluna A, Escola Marina Vargas, zona urbana, São Lourenço do Sul).

No encontro passado a gente só falou sobre comida saudável, e que nós temos que comer em casa e hoje a gente fez nosso cardápio e que não teve muita comida saudável. Teve mais comida gordurosa. (Aluno B, Escola Presidente Castelo Branco, zona rural, Canguçu).

Os relatos acima são uma prova da importância que deve ser dada a este tema dentro do processo educacional. Os alunos precisam de assistência para que consigam reestruturar seus hábitos, rever seus padrões e construir uma massa crítica em relação à alimentação, entendendo que esta reflete diretamente em suas saúde, e que os reflexos disto são para vida toda.

#### 4. CONCLUSÕES

Com a realização deste trabalho foi possível constatar que os hábitos alimentares praticados pelas crianças dentro das escolas não se encaixam com o que se preconiza para um novo perfil alimentar que garanta a segurança alimentar e nutricional. Diante desta realidade evidencia-se que a ineficiência dos gestores escolares que não trabalham a educação alimentar dentro da educação básica na maioria das escolas públicas e em quase todas as investigadas, tem contribuído para este cenário. Nesta perspectiva, a que se ter em mente que as construções em torno da educação alimentar devem permear todo o processo educacional, começando na pré-escola e perpassando todas as etapas do período escolar, pois só assim, será possível construir junto à comunidade escolar um novo olhar para as questões alimentares que reflipam na postura de toda a comunidade escolar.

---

<sup>3</sup>Nos referimos aqui ao dilema alimentar de não se saber exatamente o que vem dentro das embalagens que são vendidas nos supermercados. Prova disto são os escândalos recorrentes neste século em relação a manipulação e armazenamento de alimentos, como por exemplo o caso do pepino na Espanha e do leite aqui no Brasil.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011, 279.

BRASIL Presidência da República, Casa Civil, Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm)>. Acesso em Junho 2011.

CANESQUI, A. M. Uma Introdução à Reflexão sobre a Abordagem Sociocultural da Alimentação. In: CANESQUI, J. C. (org.), **Comentários sobre os Estudos Antropológicos da Alimentação**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005, p. 23-48.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. Documento de Referência da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional: **“Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional”**, Brasília, 2004.

FREITAS, M. C. S. **Agonia da fome**. Ed. UFBA, Salvador, 2003.

WESTPHAL, M. F. **Participação Popular e Políticas Municipais de Saúde: Cotia e Vargem Grande Paulista**. 1992. Livre Docência. Departamento de Prática de Saúde Pública, da Faculdade de Saúde Pública da USP, Concurso de Livre Docência. USP. São Paulo.